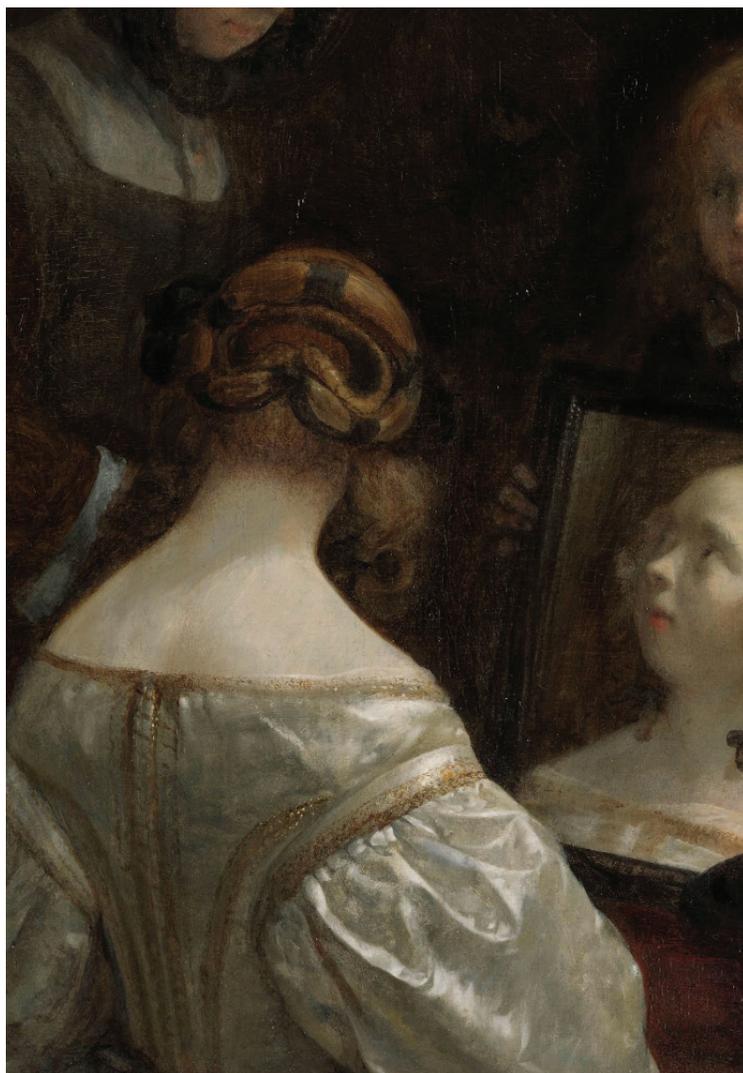


Cadernos Espinosanos



ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII

n. 47 jul-dez 2022 ISSN 1413-6651

IMAGEM detalhe de 'Mulher no Espelho' (1652) do
influente pintor neerlandês Gerard ter Borch II.

OS QUATRO PRECEITOS METODOLÓGICOS DO *DISCURSO DO MÉTODO*

César Augusto Battisti
Professor,
Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Toledo, Brasil,
cesar.battisti@hotmail.com

RESUMO: O artigo se propõe a cumprir dois objetivos: a) avaliar em que sentido podemos atribuir autossuficiência aos famosos quatro preceitos metodológicos da Segunda Parte do *Discurso do Método*; b) propor uma leitura destes preceitos que considere seu entorno, as outras obras metodológicas e o pensamento cartesiano como um todo, mas, principalmente, que reavalie elementos metodológicos tanto pouco quanto excessivamente valorizados. As conclusões correspondentes mais importantes são: 1) os quatro preceitos do *Discurso* contêm a totalidade do método, mas apenas de uma forma condensada; e, como tais, eles não são autocompreensíveis; 2) uma boa compreensão do método deve englobar outros textos (a começar pelos que compuseram a publicação de 1637), mas principalmente deve calibrar o peso de cada preceito em razão de sua função e do que lhe é atribuído executar, sendo o segundo o mais depreciado dentre eles.

PALAVRAS-CHAVE: Descartes, *Discurso do Método*, Autossuficiência do Método, Procura da Verdade, Dificuldade, Ordem.

I. INTRODUÇÃO

A temática do método é um dos traços distintivos do pensamento cartesiano. É também uma das marcas da ampla popularidade da figura de Descartes. Tendo se tornado o texto mais célebre do filósofo, o *Discurso do Método*¹ trouxe consigo a popularização do método, como assunto central expresso em seu título.² O tema do método adquiriu fama, mas também incorporou elementos que certamente receberiam desaprovação de seu autor. Duas marcas negativas da história da publicação dos textos de 1637 são dignas de nota: a publicação e compreensão do *Discurso* em separado dos *Ensaio*s³; uma interpretação

1 Utilizaremos alternativamente os nomes das obras de Descartes por extenso e de forma abreviada. As citações dos textos do filósofo serão feitas a partir de edições em língua portuguesa (quando possível), acompanhadas das referências da edição publicada por Charles Adam e Paul Tannery (DESCARTES, 1996, AT). Não havendo indicação de edição em português – e isso vale para os demais autores –, a tradução é nossa.

2 *Discurso do Método & Ensaio*s (*Dióptrica, Meteoros e Geometria*) constituem a primeira publicação de Descartes, ocorrida em 1637: escrita em francês, foi ela quem apresentou Descartes-escritor ao mundo, lhe deu notoriedade e permitiu que fosse conhecido por suas preocupações metodológicas. Se, por um lado, como diz Grimaldi (1978, p. 89), “a respeito disso a longa tradição de seus comentadores não se enganou: a primeira e principal originalidade de Descartes é seguramente seu método”, por outro lado, Descartes já era impiedosamente chamado por Beaugrand, em 1638, em carta a Mersenne, de “metódico impertinente” (DESCARTES, 1996, AT V, p. 506, p. 507, p. 510, p. 512), como alusão “aos efeitos miraculosos”, dizia ele, do “admirável método” por meio do qual Descartes “se vangloria[va], desde vários anos, de aprender e de inventar [...] tudo o que podemos conhecer deste mundo” (DESCARTES, 1996, AT V, p. 505).

3 O *Discurso do Método* é um ensaio sobre o método concebido como prefácio aos demais (DESCARTES, 1996, AT I, p. 349). Estes, por sua vez, trazem resultados do método, sem serem diretamente uma ilustração de sua atuação. A prática editorial dominante nos últimos séculos foi a de publicá-los separadamente; o *Discurso*, particularmente, ao se tornar amplamente autônomo e independente, sofreu impactos consideráveis no âmbito de sua compreensão, seja em sua totalidade seja em sua heterogeneidade interna. A dissociação começou mesmo quando Descartes ainda vivia: na tradução latina de 1644, a *Geometria* não foi incluída na publicação, tendo sido publicada mais tarde, em 1649.

do método a partir de leituras simplistas e, por vezes, caricaturais dos quatro preceitos metodológicos.

Denis Kambouchner, em seu livro *Descartes n'a pas dit [...]*, tem-nos desafiado a retornar à leitura atenta dos textos de Descartes.⁴ Ao nos apresentar reflexões concernentes a distorções e incompreensões havidas ao longo dos tempos, seu objetivo é nos sensibilizar para a necessidade do respeito à letra do filósofo e a um retorno à leitura de cada um de seus textos. O tema do método e o do lugar que ocupam os quatro preceitos da Segunda Parte do *Discurso* são tratados no capítulo quarto do livro. Motivados e desafiados por ele, nos propomos, no presente texto, a trazer elementos constituintes do método, do seu contexto e entorno, a partir deste *locus* clássico de sua apresentação, com o intuito de contribuir com a propulsão de um movimento de desconstrução de ideias preconcebidas e de mal-entendidos e, com isso, de distinguir, como diz Kambouchner, “o que Descartes disse do que ele não disse”.⁵ Nosso propósito não é examinar o método em sua totalidade, mas dar realce a alguns de seus aspectos, seja porque negligenciados, mal compreendidos ou supervalorizados.

Descartes é um autor mais mencionado do que lido: suas teses e ideias centrais parece que todos as “conhecem”.⁶ Como uma grande encruzilhada, ele é mais passagem que parada! E incompreensões se nutrem disso! Uma acusação infundada feita ao filósofo é a que o responsabiliza por ter promovido a separação entre os saberes ou disciplinas (e, com isso, ter promovido a

4 Há outras obras elaboradas com objetivos semelhantes. Este é o caso do livro de B. Jolibert (2020).

5 Com o objetivo de examinar o coeficiente de adulteração, de simplificação ou de distorção que tem sofrido o pensamento cartesiano ao longo dos tempos, de evidenciar a necessidade da volta aos textos do filósofo e, assim, distinguir o que ele disse do que não disse, Kambouchner trata de vinte e um temas, dentre os quais o do método.

6 Afirma Jolibert (2020, p. 7): “Aconteceu com Descartes o que advém por vezes aos pensadores ilustres. Eles são frequentemente mais citados, e mal, do que lidos. Sua celebridade, reduzida a algumas fórmulas truncadas ou isoladas de seu contexto, conduza a uma simplificação desastrosa de sua doutrina”.

exacerbada especialização científica atual), por supostamente apregoar a divisão de uma “coisa” (segundo o que diria o segundo preceito metodológico do *Discurso*) para melhor inquiri-la.⁷ Exemplo de leituras inadequadas (comuns na filosofia) é a de associar a admiração cartesiana pela matemática com determinadas características (em geral, demonstrativas) que realçam a rigidez do pensamento, o formalismo e a dedução em sentido estritamente lógico.⁸

2. DA AUTOSSUFICIÊNCIA DOS QUATRO PRECEITOS

Ao mesmo tempo que o *Discurso do Método* trouxe celebridade ao tema do método, seu modo de apresentação sintético e aparentemente simples contribuiu para que fosse compreendido de forma imediata e direta pelos quatro preceitos. O próprio Descartes, involuntariamente, teria contribuído para isso, quando fala da suficiência dos quatro preceitos. Vejamos:

assim, em vez desse grande número de preceitos de que a lógica é constituída, creio que me bastariam os quatro seguintes, desde que tomasse uma firme e constante resolução de não deixar uma só vez de os seguir (DESCARTES, 2018, p. 80; 1996, AT VI, p. 18).⁹

Avaliar o caráter autônomo e autossuficiente dos quatro preceitos é nossa primeira questão. Atribuir-lhes autonomia e autossuficiência sem uma determinação precisa pode nos conduzir a que sejam avaliados como tendo nascido prontos, na forma como divulgados, e que sejam compreendidos diretamente em si mesmos.

7 Ver mais adiante.

8 O tema do lugar da matemática e das razões cartesianas pela sua admiração (e crítica) mereceria um estudo detalhado, com o intuito de desfazer mal-entendidos. Se agruparmos as características epistêmicas das ciências matemáticas em três setores: o da descoberta, invenção e conquista do saber, o da sua evidência e certeza, e o da sua demonstração, o último é de longe o menos considerado por Descartes.

9 Mais adiante Descartes reafirma, indiretamente, o mesmo ponto: “a exata observação desses preceitos que escolhi deu-me tal facilidade para desenredar todas as questões [...]” (DESCARTES, 1996, AT VI, p. 20; 2018, p. 82).

Seria possível compreender o método diretamente a partir do que os quatro preceitos afirmam? Distinguiremos o tema da autonomia dos quatro preceitos em cinco perspectivas distintas: em termos de *origem* (eles nasceram prontos?), quanto à sua *compreensão* (eles são autocompreensíveis?), no que diz respeito à sua *atuação* (eles são inflexíveis ou sofrem modulações, desdobramentos e adaptação?), no que se refere à sua *fundamentação* (eles foram concebidos a partir do quê ou derivados do quê?) e quanto a representarem a *totalidade* do método (eles são o método todo em que sentido?).

É preciso reconhecer algum tipo de suficiência dos quatro preceitos, em razão do que Descartes tem afirmado e em razão das reflexões que fazem parte do contexto do *Discurso*: eles contêm ou representam a totalidade do método. Não só eles formam um conjunto com início, meio e fim (uma unidade conceptual e operatória), mas, como afirmou Descartes, eles cumprem a função atribuída ao método, desde que seguidos firme e resolutamente ou desde que cumpridos, como diz Kambouchner (2015, pp. 45-6; p. 48), escrupulosamente e sob a vigilância constante de todo tipo de circunspeção. Eles, contudo, não podem ser tomados senão como o essencial ou como o que é nuclear ao método: eles são a totalidade do método em sua forma comprimida; o método se encontra neles como que abreviado e encapsulado.

Poderíamos dizer que haveria uma forma ainda mais compacta de se conceber o método? Parece que sim! A definição de método dada nas *Regras* (DESCARTES, 1996, Regra IV, AT X, p. 372; 1985, p. 24) estipula que as regras que o compõem tenham que ser capazes de evitar que se tome por verdadeiro algo de falso e de estender o conhecimento verdadeiro o mais amplamente possível; e, de modo semelhante aos cuidados indicados no *Discurso*, tais regras deveriam ser seguidas com a devida precaução para que evitassem desperdiçar esforços e para avançar sempre gradualmente. Numa suposta ausência de regras explicitamente elaboradas, poder-se-ia dizer que o método nada mais é que a razão em atuação, que ele é um desdobramento do bom senso em sua

ação de conhecer.¹⁰ Isso nos permite afirmar que o método está todo “contido” em nossa racionalidade atuante – embora não saibamos de imediato em que ela consista ou como atue efetivamente – ou, então, nos quatro preceitos, mas ainda de modo condensado: podemos afirmar que o método está contido seja na razão em operação seja nos quatro preceitos, por mais que ele aí não se deixe compreender suficientemente, ou, então, mais desenvolvido, em textos como o das *Regras para a Direção do Espírito* ou no *Discurso*, quando lido em sua totalidade e em comunhão com os demais *Ensaio*s.

A forma sintética dos quatro preceitos tem essa dimensão: o método todo encontra-se neles, mas de tal forma comprimido que esta marca não pode ser confundida com sua suposta autossuficiência e autocompreensibilidade (da mesma forma que a palavra “razão” não permite, por ela mesma, que compreendamos o conceito de razão): os quatro preceitos recolheram e condensaram um conjunto muito mais amplo de procedimentos, mas não possibilitam, tomados neles mesmos, o retorno automático àqueles procedimentos. Parece-nos que é nesse sentido que os quatro preceitos bastam aos propósitos metodológicos de Descartes: eles são a totalidade do método, mas apenas no âmbito do que lhe é nuclear ou essencial.

Com isso, nos encaminhamos à resposta das outras questões relacionadas à autonomia e autossuficiência do método. Se o método (e consequentemente os quatro preceitos) é um desdobramento da razão, ele não carece de fundamentação propriamente dita; ou então, toda a reflexão cartesiana relativa à busca da verdade é uma autofundamentação da razão e, com isso, também do método.¹¹ Essa é a razão pela qual os preceitos não são provenientes de uma

10 Tanto o *Discurso* quanto as *Regras* reconhecem a capacidade de a razão atuar autonomamente, de aprender a cada passo e de avaliar as suas conquistas. Sob este aspecto, ela não necessitaria de regras, pois ela é também suas regras.

11 Veja-se já no título do *Discurso* que o objetivo da obra é “bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências” (DESCARTES, 2018, p. 69; 1996, AT VI, p. 1), para poder “chegar ao conhecimento de todas as coisas das quais meu [nosso] espírito fosse capaz” (DESCARTES, 2018, p. 80; 1996, AT VI, p. 17).

derivação, não precisam de uma justificação: não há no *Discurso* uma preocupação explícita em relação a isso.¹² Eles também são autossuficientes, dado que não há fundamentação para além da razão ela mesma.

Evidentemente, a coisa não é tão simples assim.¹³ O método não é um simples prolongamento da razão, e tampouco a autojustificação da razão é automaticamente uma justificação para quaisquer dos procedimentos metodológicos. Imaginemos a introdução de uma hipótese ou de uma falsa alternativa resolutiva, a análise de uma certa configuração em exame, a suposição de certo ordenamento: esses procedimentos não têm uma validação automática imediata. De todo modo, sendo a razão sua fundamentação última, o método não precisaria de uma fundamentação específica. Os quatro preceitos são autossuficientes por prolongamento, no sentido de serem um “produto” do bom senso.

E, do ponto de vista da origem, como poderíamos avaliar os quatro preceitos? Existem registros suficientes que subsidiam a afirmação de que os quatro preceitos condensam um longo desenvolvimento metodológico, desde o período dos sonhos de Descartes (1619) até o período de publicação do *Discurso*. As *Regras* (certamente escritas nessa época) são ilustração tanto da riqueza metodológica quanto da diversidade de procedimentos e da dificuldade de elaboração de uma perspectiva unitária. O *Discurso* também traz depoimentos relativos a isso: Descartes fala de sua admiração pela matemática, por ter se inspirado nela e na lógica, e nos apresenta sua história intelectual, que é também uma narrativa metodológica. A história de composição dos *Ensaio*s, anterior à composição do *Discurso*, também nos permite avaliar o desenvolvimento histórico do método, dada também a riqueza e a fecundidade dos resultados trazidos por eles.

12 Teriam sido eles revelados magicamente ou por meio de uma força superior? Não! A falta de justificação explícita evidencia a necessidade de o vincularmos à nossa racionalidade operante.

13 O tema da autofundamentação da razão precisa enfrentar a hipótese de um “autoengano” ou de uma força superior enganadora.

Os quatro preceitos não nasceram prontos; sua origem está nas reflexões metodológicas realizadas por Descartes até então. Eles representam uma síntese do método, e devem ser entendidos como tais: sendo cada um deles a convergência de uma reflexão metodológica anterior (da mesma forma que estarão abertos a um desenvolvimento posterior), eles trazem consigo uma carga de elementos que se mantêm vinculados a este passado e precisam dessa vinculação para serem recuperados e rearticulados.

Isso significa também que os quatro preceitos não são autocompreensíveis. Para compreendermos adequadamente o método, é preciso alargar o seu estudo para além deles e da Segunda Parte do *Discurso*. Evidentemente, há textos com teor metodológico distinto: Descartes tem obras e textos estrita ou predominantemente metodológicos, tem ilustrações ou exemplificações metodológicas, tem ensaios metodológicos, tem reflexões metodológicas esparsas de teor diverso e tem uma filosofia que é, em algum sentido, uma ampla reflexão sobre racionalidade e sobre sua forma de atuar metodologicamente. O próprio *Discurso* tem orientações e reflexões de natureza metodológica em todo lugar. E, se a razão é única, o método deve ser único e se mostrar em todo lugar onde a razão se faz presente. Logo, aprendemos algo sobre o método em praticamente todos os textos de Descartes, e em cada nova verdade adquirida nos tornamos não só mais sábios, mas também mais hábeis metodologicamente¹⁴. Os quatro preceitos não são passíveis de uma boa compreensão sem a consideração desse conteúdo todo: eles não são autocompreensíveis.

Os quatro preceitos tampouco são autossuficientes em termos de sua atuação e desenvolvimento posterior: da mesma forma que são a condensação de uma história de investigações metodológicas, eles se desdobram em um exercício e aperfeiçoamento constante posterior. O programa de pesquisa proposto por Descartes dá mostras disso.

14 Como insiste Descartes, a aquisição de uma verdade não ofusca a de outra, mas a auxilia: “sendo cada verdade que encontrava uma regra que me servia a seguir para encontrar outras” (DESCARTES, 2018, p. 83; 1996, AT VI, pp. 20-1).

Assim, podemos concluir que, sob estes diferentes aspectos, os quatro preceitos metodológicos são autossuficientes apenas quanto à sua fundamentação, na medida em que, indiretamente, se beneficiam do caráter autofundante da razão. Por sua vez, pode-se dizer que eles contêm a totalidade do método, mas apenas no sentido de o condensarem, de serem uma exposição sintética daquilo em que ele consiste, enfim, de apresentarem o seu núcleo. Por serem dependentes, entretanto, de uma história, de um desenvolvimento e de um contexto, eles não têm autonomia quanto à sua compreensão. A origem do método, seus desdobramentos e incorporações, as considerações que o fazem se deixar medir pela razão única, os elementos que constituem a relação entre o sujeito que conduz o método e as coisas abarcadas por ele, tudo isso indica que os quatro preceitos não nasceram por si mesmos e não podem ser compreendidos isoladamente.

Não é possível entendermos o método diretamente por meio dos quatro preceitos. Não há como lê-los por eles mesmos. Como seria possível entendermos o que significa algo ser apreendido como claro e distinto numa perspectiva restrita ao que diz o primeiro preceito? Como entender o que é uma dificuldade e o que é resolvê-la a partir do segundo? O que é ordem e simplicidade segundo o que nos traz o terceiro? E o que seria a enumeração, em qual momento deveria ser feita e como medimos a omissão ou não de algo segundo o quarto preceito? Os quatro preceitos não dão conta do que eles contêm: eles são o método encapsulado, mas não permitem por eles mesmos que o compreendamos suficiente e adequadamente.

3. OS QUATRO PRECEITOS

Dentre os vários fatores a serem considerados em relação à avaliação, compreensão e amplitude dos quatro preceitos, o primeiro deles diz respeito ao contexto e teor das obras de 1637: trata-se do estilo e da temporalidade da publicação dos textos, da forma como foram concebidos e escritos, do caráter de prefácio do *Discurso* em relação aos *Ensaios*, de sua heterogeneidade interna

e da existência de orientações metodológicas em todas as partes. Nesse sentido, os quatro preceitos precisam ser constantemente medidos, avaliados e supervisionados pela obra toda de 1637. Isso não significa destituir o poder do método ou desconsiderar a tese de que o método se encontra nos quatro preceitos, mas determinar a relação orgânica e unitária da obra toda. Nesse sentido, são determinantes a compreensão do método no interior do *Discurso*, mas também em relação à *Geometria*¹⁵ e ao Discurso VIII¹⁶ dos *Meteoros*, dado o lugar de destaque atribuído por Descartes a estes textos.

Um segundo conjunto de fatores se refere às relações entre os textos metodológicos propriamente ditos, em especial o *Discurso* e as *Regras*. As *Regras* não apenas são mais ricas metodologicamente, mais desenvolvidas, mas também mais complexas. Por outro lado, são muito fragmentárias, e o texto encontra-se incompleto. Mesmo assim, são os textos metodológicos centrais e devem ser constantemente cotejados.

O terceiro conjunto de fatores se refere a como o método se insere no contexto geral do pensamento cartesiano. Como já afirmamos, ele, por um lado, pode ser compreendido como prolongamento de nossa capacidade racional de conhecer, mas efetivamente precisa ir além disso. Outra questão é como ele se relaciona com as diferentes áreas do saber. Finalmente, embora o método seja um desdobramento da razão, ele precisa dar conta de algo alheio, as coisas

15 Afirma Descartes, em uma carta a Mersenne, de dezembro de 1637: “eu somente me propus pela *Dióptrica* e pelos *Meteoros* a persuadir que meu método é melhor que o ordinário, mas eu pretendo tê-lo demonstrado por minha *Geometria*” (DESCARTES, 1996, AT I, p. 478).

16 Descartes afirma explicitamente, em uma carta ao Pe. Vatier, que o exame do arco-íris, feito no Discurso VIII, é uma legítima ilustração da atuação do método: “Eu não pude tampouco mostrar o uso deste método nos três tratados que publiquei, porque ele prescreve uma ordem para procurar as coisas que é muito diferente daquela que acreditei dever utilizar para explicá-las. Eu, entretanto, forneci uma ilustração dele ao descrever o arco-íris; e, se você se der ao trabalho de relê-lo, eu espero que ele lhe satisfará mais do que poderia tê-lo feito na primeira vez; pois o assunto é em si muito difícil” (DESCARTES, 1996, AT I, p. 559).

a serem conhecidas, as quais de antemão não têm obrigação¹⁷ de se adequarem às suas exigências. Isso tudo só serve para compreendermos a complexidade da questão e não para desacreditarmos na força do método ou de nossa capacidade de conhecer.

Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que o método se configura a partir de diferentes lugares. Os textos podem ser divididos em três classes: os que expõem o método propriamente dito do ponto de vista teórico (destacando-se aqui as *Regras* e o *Discurso*, mas também as *Segundas Respostas*); as obras que ilustram a sua atuação (destacando-se os *Ensaio*s e as *Meditações*, mas também outros textos, como o *Mundo*¹⁸); aqueles que apenas fazem menção ao método: prefácios, correspondência e passagens dispersas. Do ponto de vista mais geral, pode-se afirmar que, onde há razão em atuação, há método, e, se a razão é única e universal, ele também o será. Além disso, pode-se dizer que onde há coisas a conhecer e procura da verdade, há método, pois o objetivo de Descartes é o de buscar o “conhecimento de todas as coisas que somos capazes de conhecer”.

3.1. O PRIMEIRO PRECEITO

Segue o texto do primeiro preceito:

O primeiro era o de jamais admitir alguma coisa como verdadeira que eu não a conhecesse evidentemente como tal, isto é, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e de nada mais compreender em meus julgamentos senão aquilo que se apresentasse tão clara e distinta-

17 Tendo recebido nossa capacidade racional do criador, parece razoável pensarmos que ela esteja em consonância e em adequação às coisas a conhecer; por outro lado, permanece certa incomensurabilidade entre nossa razão e determinados campos do saber, particularmente o âmbito da res extensa (e também o da infinitude).

18 Embora o *Mundo* não seja mencionado por Descartes, ele é também um bom exemplo metodológico (cf. BATTISTI, 2002, p. 269-311).

mente ao meu espírito que eu não teria ocasião alguma de colocá-lo em dúvida (DESCARTES, 2018, p. 81; 1996, AT VI, p. 18).

O primeiro preceito do método estabelece as condições gerais a serem cumpridas para que a conquista do conhecimento verdadeiro seja não apenas satisfatória, mas plenamente aceitável. Tais condições são de natureza mais epistêmica do que metodológica¹⁹, e não aceitam modulações, embora o que elas determinam possa variar em razão do contexto, da área do saber e de outros fatores. O preceito pode ser compreendido em duas partes. A primeira determina que só podemos acolher como verdadeiro o que for, absoluta e totalmente, reconhecido como tal. O verdadeiro deve apresentar-se em sua plenitude como verdadeiro, deve ser reconhecido como tal com todas as forças de nossa mente, sem mácula, sem hesitação ou oscilação. A segunda parte se refere às condições da percepção do verdadeiro, ou seja, do claro e distinto, e elas podem ser classificadas em condições negativas e em condições positivas.

Um critério para o reconhecimento do verdadeiro é a plena satisfação de nossa mente: quando percebemos algo com total clareza e distinção, afirmam os *Princípios* I, art. 43 (DESCARTES, 1996, AT VIII-1, p. 21; IX-2, p. 43), lhe damos espontaneamente o nosso assentimento e não resistimos à sua verdade. Plena adesão e necessidade são a coincidência entre liberdade e obrigação em um juízo verdadeiro. A dificuldade é distinguirmos esta plena satisfação de outras movidas por razões diversas. Nesse sentido, a percepção do verdadeiro deve se apoiar em um conjunto de ações de natureza negativa, alocadas por Descartes no âmbito da precipitação e da prevenção. Aqui, como também salienta Gilson (1987, p. 197), apoiado no texto do *Discurso* e das *Regras*, deve-se evitar o conjectural, o provável e o verossímil, o que os outros pensaram, o que suspeitamos. Não podemos ser presunçosos, excessivamente confiantes, exageradamente humildes; devemos evitar explicações miraculosas e excessi-

19 Em razão disso, o primeiro preceito recebeu críticas por não ser operatório, por não determinar o que se deva fazer. Sobre a rejeição de Leibniz a este preceito, cf. Belaval (1960, pp. 138-ss).

vamente atraentes à imaginação, elaboradas aleatoriamente, aparentemente profundas ou as mais difíceis. Deve-se desconfiar da memória e evitar presumir saber em vez de confessar a ignorância. Tudo isso, embora negativo (algo a ser evitado), permite que o claro e distinto se ofereça como tal, sem que haja algo escondido que pudesse levantar dúvidas. As Regras II e III das *Regras* têm reflexões desenvolvidas paralelas às ideias condensadas aqui neste preceito.

A precipitação é a ação de julgar antes que o entendimento tenha atingido uma completa evidência e nos conduz a emitir juízos “temerários e sem fundamento”. O remédio é a circunspecção, cultivar a atenção e avançar com cuidado e passo a passo, tendo a firme resolução de nunca afirmar o que não conhecemos evidentemente com verdadeiro. A prevenção, primeira e principal fonte de nossos erros, como afirmam os *Princípios* (DESCARTES, 1996, I, art. 71; AT VIII-1, p. 35; IX-2, p. 58), se alimenta de nossa educação recebida desde a infância e nos leva a formar juízos oriundos e calcados na confiança dos sentidos, na confusão entre espiritual e corporal e na antropologização das coisas. Ela tem como remédio a dúvida e o exame detalhado dos fundamentos e das noções envolvidas, até as mais simples.

Não se pretende dizer que seja fácil estar seguro de ter atingido o verdadeiro. O claro e distinto, conforme a definição dada por Descartes nos *Princípios* (DESCARTES, 1996, I, art. 45; AT VIII-1, p. 21-2; IX-2, p. 44), não tem um índice externo definitivo que o identifique: ele traz algo do impossível (não pode ser senão assim!), algo do simples (não há nada por detrás disso!) e do ineliminável (isso não tem como não ser admitido!). Com isso, ele se manifesta tão plenamente, e distintamente às demais coisas, que o tomamos totalmente por ele mesmo.

Alguns exemplos, dentre muitos possíveis, nos ajudam a entender e elucidam essa atividade de determinação do claro e distinto como resíduo entre o complexo e descartável e o simples e ineliminável. A assim chamada segunda verdade da Segunda Meditação (DESCARTES, 1983, p. 92-4; 2004, p. 25-8; 1996, AT VII, p. 25-28; IX-1, p. 19-22) diz respeito à seguinte interrogação: O que eu sou, eu que estou certo de que sou? A apreensão da resposta a

esta interrogação pressupõe que se atente para não se tomar imprudentemente outra coisa por mim, e, por isso, é preciso que se considere novamente o que acreditava ser. Após eliminar tudo o que não sou, só resta o pensar, único atributo que não pode ser separado de mim: assim, sou uma coisa pensante. A determinação do que eu sou se deu pela eliminação de tudo o que pode ser dispensado sem que eu deixe de ser o que sou e pela percepção do que é ineliminável.

Outro exemplo interessante e que evidencia a diferença de contexto é a pergunta que Descartes faz no *Mundo* sobre o que é a luz. O que devemos entender por ela? Primeiramente, devemos proceder à distinção entre o sentimento ou ideia de luz e o objeto ou fenômeno físico, nada nos obrigando a crer que o que existe no objeto seja semelhante ao sentimento, por mais que um seja a causa do outro. Descartes conclui a sua análise afirmando que é suficiente, no caso da luz – mas ele estende aos demais fenômenos físicos –, que lhe seja concedido pressupor, depois de ter eliminado tudo o que é dispensável, que haja apenas duas coisas: uma potência movente e partes da matéria por ela movidas, movimento e divisibilidade da matéria²⁰. Por mais que alguém pudesse se perguntar pelas garantias oferecidas por Descartes de que atingiu os elementos indispensáveis à explicação da luz (e também do calor, da queimadura, da coceira e de outros fenômenos físicos não-luminosos, enfim, do mundo) e por mais que seja preciso acrescentar outros elementos às explicações, ele está seguro da conquista desses elementos indispensáveis a tais explicações.

Na matemática, por sua vez, é possível percebermos o claro e distinto quando Descartes afirma, no início do Livro II da *Geometria*, que, por mais complexa que seja, uma curva é geométrica – e, portanto, pode ser conhecida

20 Diz o cap. 2 do *Mundo* (DESCARTES, 2009, p. 23-5; 1996, AT XI, p. 7-8): “Mas, ao contrário, privai-a [a madeira] do fogo, suprimi-lhe o calor, impedi que ela queime; desde que me concedais unicamente que haja alguma potência que mova violentamente as mais sutis de suas partes e que as separe das mais grossas, considero que por si só poderá provocar-lhe todas as mesmas mudanças que se observam quando ela queima”.

com precisão – quando é originada por um movimento contínuo único ou por vários movimentos gerados a partir de um só: origem única e continuidade de movimento, por mais complexa que seja a máquina geradora da curva, permitem a inteligibilidade da curva!²¹

Uma última observação sobre este preceito, mas que vale também para os demais e, portanto, para o método em sua totalidade. Qual a tarefa do método? A busca da verdade! Trata-se de descobrir, conquistar, agarrar e reconhecer a verdade; não se trata de, diretamente, demonstrá-la ou de prová-la. Não há expressões nos quatro preceitos que nos remetam ao âmbito da prova ou de demonstração do verdadeiro. O método de Descartes é um método de busca, de conquista e de reconhecimento da verdade; e, para quem conquista e reconhece estar de posse da verdade, a prova é dispensável.

Compreender o método no âmbito da prova e do agenciamento de argumentos no formato de uma prova é, a nosso ver, uma leitura equivocada. Quem tem como critério a clareza e a distinção não só não precisa do expediente da demonstração, como também não pode assumi-la com essa função, sob pena de duplicar os critérios ou anular o da evidência. Evidência e demonstração são compatíveis, em Descartes, na condição da demonstração ser absorvida ou incorporada pela evidência (BATTISTI, 2017).

3.2. O SEGUNDO PRECEITO

Começemos por citar o texto:

O segundo, de dividir cada uma das dificuldades que examinasse em

21 Diz Descartes (2018, p. 382; 1996, AT VI, p. 389-90): “não se devem excluir as linhas mais compostas nem as mais simples, desde que se possa imaginá-las serem descritas por um movimento contínuo ou por muitos movimentos que se sucedem e dos quais os últimos sejam inteiramente regulados por aqueles que os precedem, pois, por esse meio, pode-se sempre ter um conhecimento exato de sua medida”.

tantas partes quantas possíveis e quantas fossem requeridas para melhor resolvê-las (DESCARTES, 2018, p. 81; 1996, AT VI, p. 18).

O segundo preceito é, de longe, proporcionalmente à sua importância, o menos considerado pela literatura cartesiana: parece ser o mais desprestigiado dentre todos. Vejamos a título ilustrativo: quais estudos há sobre o que seria uma “dificuldade”²² e sobre o que está envolvido na atividade de “resolvê-la”? Este preceito é também, paradoxalmente, o preceito a partir do qual certas interpretações equivocadas mais gerais, feitas por não especialistas, têm sido difundidas, talvez ocupando o espaço deixado pela falta de estudos especializados sobre o tema. Como já afirmamos acima, muitos veem nesse preceito o estabelecimento da separação entre os saberes, entre as ciências, e de um movimento, acentuado na contemporaneidade, rumo à especialização científica e na contramão da interdisciplinaridade: aqui, confunde-se “divisão de uma dificuldade” com divisão de uma disciplina ou entre disciplinas²³.

22 A contar pelo que expressam os títulos, há apenas um texto em português, segundo nosso conhecimento, que se reporta à noção de dificuldade; trata-se do cap. 1 do livro de Loparic (1997).

23 Interdisciplinaridade parece não ter sentido para Descartes: a razão não é a negação de conexões entre as ciências, mas, antes disso, é a inexistência de sua separabilidade. As ciências, para Descartes, são unas (ou uma só) por excelência, e é apenas em etapa histórica posterior que elas sofrem desdobramentos e distinções: a necessidade de conectar disciplinas só surgiu depois de elas terem se separado, algo impensável no pensamento cartesiano. Descartes é um dos filósofos que mais defendem a unidade do saber, algo que pode ser visto tanto pela tese da unidade da razão e do método (e da árvore do saber), mas também pela imbricação efetiva entre os saberes: em seu pensamento, física, fisiologia, medicina, antropologia, filosofia, metafísica, mecânica, ética etc. estão tão intimamente relacionadas que não sabemos de que ciência se trata ou onde começa uma e termina outra. É impressionante como esta ideia equivocada de responsabilizar Descartes pela promoção da divisão entre os saberes se popularizou no âmbito educacional no Brasil: ela se baseia em generalizações e mal-entendidos de toda ordem (cf., por ex., ACCIOLY, 2011, p. 685-ss).

O dado mais fundamental, contudo, para o qual pretendemos chamar a atenção é que, embora forme com o terceiro preceito um par de preceitos que atuem associadamente e como núcleo duro operativo do método, este segundo preceito é o mais importante do ponto de vista metodológico: é ele que é resolutivo e, como tal, é ele quem cumpre a função de revelar novos conhecimentos, cabendo ao terceiro ordená-los. Por outro lado, constatamos um descompasso entre a função e o papel reservado por Descartes a este preceito e o lugar que lhe é dado na literatura cartesiana: os estudos cartesianos não têm dado importância a este preceito.²⁴

Avaliamos que o segundo preceito traz um conjunto de informações e de conceitos que não têm sido assimilados pelos filósofos (e também por muitos cientistas). E, talvez por isso, a atenção tenha sido dada exageradamente ao terceiro preceito. A noção de “dificuldade” – e outras a ela associadas, particularmente as de problema ou de questão – e o que ela põe em operação ou exige que se faça, sua resolução, pertencem a um universo epistêmico pouco pautado no horizonte dos especialistas da filosofia cartesiana e da história da filosofia.

Dificuldade é, contudo, um conceito metodológico central e muito utilizado por Descartes no *Discurso* e nos *Ensaio*s, mas também em outras obras, como as *Regras*.²⁵ As *Regras* têm uma teoria das dificuldades e das ques-

24 As razões desse desprestígio e do seu mau conhecimento são de ordens distintas, e aqui apenas se pretende indicar algumas possíveis. Um dos grandes erros interpretativos do grande público é, como já mencionado, confundir problema ou dificuldade (desconsiderando sua estrutura interna, toda articulada) com objeto ou área de conhecimento. No âmbito filosófico, a desconsideração do segundo preceito parece advir tanto da pouca importância dada à história da matemática quanto de uma leitura excessivamente demonstrativa e “proposicional” dessa ciência em detrimento da dimensão inventiva, heurística ou de descoberta e de sua dimensão resolutiva.

25 O termo “dificuldade” aparece ao redor de 45 vezes nos textos de 1637: mais de 20 vezes no *Discurso*, quase 10 na *Dióptrica*, oito nos *Meteoros* e sete na *Geometria*. Nas *Regras*, ele aparece ao redor de 30 vezes. Embora em muitas destas ocasiões seu sentido não seja metodológico, seu uso é tão ou mais frequente que o do termo “ordem”. O termo

tões, particularmente nas Regras XIII e XIV.²⁶ É importante deixar claro que o termo não é exclusivo da matemática, sendo utilizado até mais frequentemente na *Dióptrica* e nos *Meteoros*; ocorre que na *Geometria* é utilizado o termo “problema”²⁷, com função correspondente ao de “dificuldade”. Não é sem importância o fato de o termo aparecer na tábua das matérias dos *Ensaio de filosofia natural*: sendo apontadas as dificuldades tratadas subsequencialmente em cada discurso, elas organizam a *Dióptrica* e os *Meteoros* (cf. DESCARTES, 2018, p. 477-512; 1996, AT VI, p. 487-510). Outro fato importante é que o termo aparece nos *Meteoros* (principalmente no Discurso VIII, que trata do arco-íris) com o sentido resolutivo presente nesse preceito (DESCARTES, 2018, p. 317; 1996, AT VI, p. 329); e, da mesma forma, na descrição do método da *Geometria*²⁸. Esse é também um indicativo da universalidade do método (dificuldades são constituintes do processo de conhecer em geral), por mais que sua inspiração seja matemática.

Mas o que há de difícil digestão neste preceito e que tem dificultado a sua assimilação? Nossa tese é a seguinte: ele pertence a um campo epistêmico distinto daquele dominante na filosofia, chamado de “campo proposicional”. Neste último, relações são estabelecidas entre proposições, sendo umas derivadas das outras, por meio de um encadeamento ou processo de dedução e de

“ordem”, por sua vez, aparece ao redor de 45 vezes nas obras de 1637, mas apenas uma dúzia de vezes no *Discurso*, sendo mais frequente na *Geometria* (20 vezes); ele é utilizado ao redor de 25 vezes nas *Regras*. Em muitas destas ocasiões, ele é utilizado em sentidos distintos ou fora de um contexto metodológico preciso.

26 Sobre isso, (BATTISTI, 2002, p. 237-260).

27 O termo “problema” é utilizado ao redor de 25 vezes na *Geometria*.

28 Cf.: “Assim, querendo resolver algum problema, deve-se inicialmente considerá-lo como já feito [...]. A seguir, sem considerar qualquer diferença entre essas linhas conhecidas e desconhecidas, deve-se percorrer a dificuldade segundo a ordem, a qual é a mais natural de todas, que mostra de que modo elas dependem mutuamente umas das outras” (DESCARTES, 2018, p. 361-2; 1996, AT VI, p. 372). Vale chamar a atenção para o fato de que a ordem, aqui, é percorrida no interior da dificuldade (ou entre dificuldades) – a qual, por sua vez, se encontra no interior de um problema –, conforme a dependência entre os objetos conhecidos e desconhecidos no interior dela.

organização. Neste horizonte, o conhecimento é feito por relações proposicionais, por relações entre premissas e conclusão, tendo Aristóteles como aquele que idealizou este modelo. No outro horizonte, temos relações resolutivas não-proposicionais, e o desafio é a resolução de uma dificuldade ou de um problema. Não há relações entre premissas e conclusão, mas entre elementos de uma configuração em que objetos ou relações se determinam mutuamente: resolver uma dificuldade é determinar as relações ainda desconhecidas de uma configuração problemática. Dificuldades resolvem-se, ao passo que proposições são derivadas! Se proposição se relaciona a argumento, dedução, validade e prova, dificuldade se relaciona a problema, questão, interdependência entre objetos de uma configuração, resolução ou solução.

Descartes utiliza, em seus textos, o vocabulário das duas tradições. Contudo, em termos metodológicos, a perspectiva resolutiva é mais central do que a outra: os quatro preceitos do *Discurso* não fazem referência a essa outra tradição e aos termos que a caracterizam (proposição, demonstração, como afirmado acima).

3.3. O TERCEIRO PRECEITO

Eis o texto do terceiro preceito:

O terceiro, de conduzir por ordem os meus pensamentos, a começar pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, como que por graus, até o conhecimento dos mais compostos; e supondo mesmo a ordem entre aqueles que não precedem naturalmente uns aos outros (DESCARTES, 2018, p. 81; 1996, AT VI, p. 18-19).

Se o segundo preceito é aquele menos considerado pela literatura cartesiana, o terceiro, por sua vez, talvez mais do que exageradamente considerado, tem sido avaliado dentro de uma perspectiva em que a noção de ordem adquire apenas ou predominantemente um sentido dentre os seus vários possíveis, aquele que apresenta menos relação com o preceito anterior. A noção

de ordem é central no pensamento cartesiano, e particularmente ao método. Contudo, ela tem diferentes sentidos, e nem todos eles estão intimamente relacionados ao segundo preceito. O conceito de ordem é um conceito difícil e de múltiplas significações.

A distinção-chave entre os diferentes conceitos de ordem é a que separa o horizonte investigativo do expositivo e justificativo. Como Descartes deixa claro em vários momentos, o método “prescreve uma ordem para procurar as coisas que é muito diferente daquela que acreditei dever utilizar para explicá-las” (DESCARTES, 1996, AT I, p. 559; AT VI, p. 20-29). A nosso ver, a maioria das interpretações privilegia a noção de ordem expositiva em relação à investigativa e a reinterpreta metodologicamente, sobrepondo-a à investigativa. As razões desse privilégio (contra a letra de Descartes) parecem se ligar seja à pouca consideração do segundo preceito, seja à sobrevalorização de uma visão do saber dentro da perspectiva proposicional e justificacional.

Nas *Regras*, a noção de ordem (metodológica) aparece pela primeira vez (e aí é central) na Regra v.²⁹ Ela incorpora um duplo movimento que pode ser aproximado, e em geral é comparado, com os preceitos dois e três do *Discurso*. Ela é posta em operação pelo exame de uma complexidade e vai em busca dos elementos simples: esse movimento também já estabelece a organização dos elementos envolvidos, sendo o posterior mais arranjo que descoberta desta organização. Aqui, também, o primeiro movimento é o responsável por revelar as relações envolvidas, cabendo ao segundo o seu arranjo ou ordenamento. Este primeiro movimento equivale ao que prescreve o segundo preceito do *Discurso*.

29 Regra v (DESCARTES, 1996, Regra v, AT x, p. 379; 1985, p. 31): “Todo o método consiste na ordem e na disposição das coisas para as quais se deve dirigir a atenção da mente, a fim de descobrirmos alguma verdade. E observá-lo-emos exatamente se reduzirmos as proposições complicadas e obscuras a outras mais simples e se, em seguida, a partir das mais simples de todas, tentarmos nos elevar pelos mesmos degraus ao conhecimento de todas as outras”.

Além disso, tanto o *Discurso* quanto as *Regras* se referem ao ordenamento de diferentes entidades. O terceiro preceito se refere explicitamente a pensamentos e objetos, mas o texto da Segunda Parte do *Discurso* inclui outras entidades.³⁰ E, com certeza, se tomarmos em consideração o segundo preceito e outras afirmações textuais do filósofo, não é a respeito de objetos que se dá o primeiro ordenamento referido por Descartes. Trata-se de um ordenamento de questões, como deixa claro a advertência de abertura do *Discurso* e a Tabela de Matérias dos *Ensaio*s físicos; trata-se, como diz a *Geometria*, de um ordenamento dos problemas. A primeira coisa a ser ordenada são as questões, os problemas e suas dificuldades: objetos, proposições, pensamentos não adquirem sentido, para Descartes, senão a partir do contexto investigativo em que estas outras entidades são o seu centro. E isso não é difícil de entender, uma vez dada a devida atenção ao segundo preceito, que trata de dificuldades e questões.

Determinar sobre qual entidade recai o requisito da ordem não é uma questão fácil. Descartes fala, na Segunda Parte do *Discurso*, do ordenamento de pensamentos, de objetos, das cadeias de razões, da ordem das coisas e das questões; seus textos nos permitem também tratar da ordem das dificuldades e dos problemas. Não é só a Advertência de abertura do *Discurso* que se refere a uma ordem de questões, mas também a Advertência que antecede a apresentação do sumário dos *Ensaio*s. Aí Descartes fala de uma imbricação entre questões: “a explicação das questões que nele estão marcadas depende quase sempre tão expressamente das questões que as precedem e, muitas vezes, também daquelas que as seguem” (DESCARTES, 2018, p. 476; 1996, AT VI, p. 486). Por

30 Cf., por exemplo: “a exata observação desses poucos preceitos que escolhi deu-me tal facilidade para desenredar todas as questões às quais se estendem essas duas ciências, que nos dois ou três meses que empreguei para examiná-las, tendo começado pelas mais simples e mais gerais, e sendo cada verdade que encontrava uma regra que me servia a seguir para encontrar outras, não somente tive êxito em muitas que anteriormente havia julgado muito difíceis, como me pareceu também, perto do fim, que podia determinar, mesmo naquelas que ignorava, por quais meios e até onde seria possível resolvê-las” (DESCARTES, 2018, p. 82-3; 1996, AT VI, pp. 20-1). Este texto deixa claro o ordenamento das questões a partir das mais simples.

sua vez, a *Geometria* se organiza conforme um ordenamento de problemas, de onde resulta a organização dos objetos (curvas). Assim, “simples e fáceis” podem ser “objetos”, “pensamentos”, “cadeias de razões”, “coisas”, mas, antes de tudo, “dificuldades”, “problemas” e “questões”.

Descartes é um autor clássico; e, como tal, se pauta na ideia clássica de que o conhecimento se organiza a partir de princípios e, portanto, do simples ao complexo. Mas isso é, no início, apenas uma diretriz epistemológica; no final, a mera organização dos resultados do método; esta ordem do simples ao complexo não é a estritamente metodológica, investigativa. Ela é uma pressuposição da atividade de conhecer, e a primazia da intuição sobre a dedução (e a teoria das naturezas simples) evidencia isso. O ordenamento dos objetos e do saber é um resultado da investigação, e a árvore da sabedoria está de pé apenas no final.

Em uma investigação temos diferentes ordenamentos. A ordem dos objetos, do mais simples ao mais complexo, tem, pelo menos, três sentidos: 1) é uma pressuposição da atividade de conhecer: nosso conhecimento classicamente se ordena deste modo (a partir de princípios e do mais simples); 2) a investigação pode nos fornecer ou sugerir (em geral, sugere) um ordenamento de objetos (provisório ou hipotético); 3) a ordem dos objetos e do saber como resultado da investigação. Por outro lado, uma investigação traz também um ordenamento de dificuldades, provisório ou não, e começa efetivamente quando uma dificuldade é examinada em sua estrutura interna: aqui entra diretamente a sua resolução por meio da compreensão (divisão em partes) de seus elementos componentes; é o lugar central da atuação dos preceitos dois e três do *Discurso* e da dupla atuação da Regra V das *Regras*. A resolução das dificuldades é também a descoberta do ordenamento dos objetos envolvidos: são os problemas e sua capacidade resolutiva que determinam finalmente o ordenamento dos objetos. O método apresentado na *Geometria*³¹ deixa claro que o ordenamento dos objetos decorre da resolução dos problemas.

31 O ordenamento das curvas e das equações na *Geometria* nasce do equacionamento dos problemas, também ordenados (planos, sólidos e mais do que sólidos).

Com isso, pretendemos defender que a noção de ordem metodológica fundamental do terceiro preceito (sem negar os demais sentidos, secundários) se liga ao que determina o segundo preceito.

3.4. O QUARTO PRECEITO

Começemos por citar o texto:

E o último, de fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu estivesse seguro de nada omitir (DESCARTES, 2018, p. 81; 1996, AT VI, p. 19).

O quarto preceito do *Discurso* trata da enumeração e da revisão dos procedimentos executados com o objetivo de avaliar a investigação realizada. Ele, contudo, não é apenas um preceito que percorre o que já foi feito, com o intuito de averiguar falhas, omissões ou mesmo elementos supérfluos. Ele tem a função também de permitir uma compreensão adequada e completa da dificuldade e dos elementos que lhe são constituintes; e, nesse sentido, a enumeração pode ser útil em qualquer momento da investigação. Além disso, esse preceito assume a função de averiguação ou de verificação, dado que a “demonstração” é dispensável.

Em uma investigação, diz Descartes, devemos evitar pressupor mais do que fornece a questão, pressupor menos ao negligenciar algo, evitar o supérfluo e cuidar para não esquecer o essencial. A própria compreensão da questão exige uma enumeração completa de seus elementos componentes, distinguindo o que já é conhecido do que é desconhecido.

As enumerações podem ser recapitulativas ou resolutivas. Elas podem ajudar a mente a condensar um conjunto de intuições numa só. A Regra VII das *Regras* traz elementos importantes à compreensão do quarto preceito. A enumeração recapitulativa tem a função de rever o que já foi feito e ajuda também a diminuir o papel da memória e a condensar conexões já explicitadas.

Aqui ela parece ser mais vertical, por fazer uma varredura de início ao fim. É chamada de resolutiva quando voltada a examinar e apontar os elementos de uma dificuldade em exame, e tem a função, não de rever, mas de auxiliar na investigação e na compreensão de uma dificuldade. Aqui ela pode ser horizontal, como quando aponta os elementos constituintes de um problema.

Embora seja o quarto preceito, ele não é utilizado apenas depois dos demais, como se pode ver pela sua função de enumerar os elementos de uma configuração em exame.

4. PALAVRAS FINAIS

Os quatro preceitos do *Discurso* contêm a totalidade do método, mas apenas de uma forma condensada; como tais, não são autocompreensíveis. Compreendê-los adequadamente pressupõe lê-los sob a luz do conjunto das obras de 1637, mas também em comparação com outros textos metodológicos e tendo em conta o pensamento cartesiano como um todo. Lê-los adequadamente é também não perder de vista o ponto de vista metodológico de Descartes: a busca e a conquista da verdade.

No balanço comparativo entre eles, o segundo preceito tem sido tratado com bastante indiferença pelos especialistas, algo constatado pela inexistência de estudos sobre suas noções fundamentais. Por outro lado, o terceiro preceito tem sido tanto supervalorizado quanto lido numa perspectiva que considera menos a “ordem para procurar as coisas” do que aquela necessária “para explicá-las”. O primeiro preceito é um aprendizado constante, e deve ser considerado como tal; o quarto tem a função de completar a investigação e é a garantia de um percurso bem-feito, sem necessidade de provas verificativas.

THE FOUR METHODOLOGICAL PRECEPTS OF *DISCOURSE ON METHOD*

ABSTRACT: This paper aims at fulfilling two objectives: a) evaluate in which way we can attribute auto-sufficiency to the famous methodological precepts of the Second Part of the *Discourse on Method*; b) propose an interpretation of these precepts that takes into account its context, the other methodological works and the Cartesian thought as a whole, but, mainly, that reevaluates the methodological elements that were either under or overestimated. The most relevant conclusions are: 1) the four *Discourse's* precepts congregate the totality of the method, but in a condensed way, and, as such, they are not auto-comprehensible; 2) a good comprehension of the method must contemplate other texts (beginning with those that are part of the 1637 publication), but mainly it must calibrate the weight of how each precept is understood based on its function and on what it is attributed to execute, being the second most depreciated among them.

KEYWORDS: Descartes; *Discourse on Method*; Auto-sufficiency of Method; Seeking of Truth; Difficulty; Order.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCIOLY, C. B. C. (2011). Territorialidades e saberes locais: muros e fronteiras na construção do saber acadêmico. In: *Caderno CRH*, v. 24, n. 63, p. 679-691, set./dez.
- BATTISTI, C. A. (2002). *O método de análise em Descartes: da resolução de problemas ao sistema de conhecimento*. Cascavel: Edunioeste.
- _____. (2017). É possível as Meditações procederem dedutivamente e, ao mesmo tempo, necessitarem da clareza e distinção como critério de verdade? In: *Modernos & Contemporâneos*, v. 1, n. 2, pp. 57-69, jul./dez.
- BELAVAL, Y. (1960). *Leibniz critique de Descartes*. Paris: Gallimard.

- DESCARTES, R. (1983). *Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas*. 3 ed. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.
- _____. (1985). *Regras para a direcção do espírito*. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70.
- _____. (1996). *Oeuvres*. Publicadas por Charles Adam e Paul Tannery (AT). Paris: Vrin. 11 vol.
- _____. (2009). *O mundo, O homem*. Trad. C. A. Battisti e M. C. de O. F. Donatelli. Campinas: Unicamp.
- _____. (2018). *Discurso do método & Ensaios*. São Paulo: Ed. UNESP.
- GILSON, É. (1987). *Discours de la méthode: texte et commentaire*. 6 ed. Paris: Vrin.
- GRIMALDI, N. (1978). *L'expérience de la pensée dans la philosophie de Descartes*. Paris: Vrin.
- JOLIBERT, B. (2020). *Descartes en Questions: L'urgence d'un retour aux textes*. Paris: L'Harmattan.
- KAMBOUCHNER, D. (2015). *Descartes n'a pas dit [...]*. Paris: Les Belles Lettres.
- LOPARIC, Z. (1997). A procura de Descartes segundo a ordem das dificuldades. In: *Descartes Heurístico*. Campinas: IFCH/UNICAMP. pp. 17-76.